

DETERMINANTES DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA EUROPA: O EIXO FRANCO-GERMÂNICO E O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS

Patrícia Nasser de Carvalho¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o papel de dois determinantes do projeto de integração regional da Europa após o final da Segunda Guerra Mundial: as relações entre França e Alemanha, as maiores economias europeias, e onde se concentravam as maiores rivalidades históricas continentais; e o apoio dos Estados Unidos à reconstrução e ao projeto de europeu de integração regional no contexto geopolítico da Guerra Fria. Depois de algumas propostas anteriores e diante dessas frágeis circunstâncias econômicas, políticas e sociais e da ameaça comunista, foram retomadas antigas “ideias de Europa”, isto é, a situação pós-conflito induziu o retorno de diferentes percepções sobre a necessidade de se buscar a paz por meio da união dos povos europeus. Seu resultado foi a formação da primeira Comunidade Europeia no início da década de 1950, e quatro décadas depois, a fundação da União Europeia (UE).

Palavras-chave: Europa. Segunda Guerra Mundial. Integração regional.

¹ Doutora. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais (MG). E-mail: patricia.nasser.carvalho@gmail.com / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8152-9779>

INTRODUÇÃO

Ao final da Segunda Guerra Mundial, um quadro de depressão econômica se configurou na Europa. O arrasamento da infraestrutura e dos sistemas de comunicação interrompeu a produção e os investimentos na maioria dos países europeus. Da mesma forma que havia ocorrido na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), fosse pela terra ou pelo mar, os bloqueios militares dificultaram as trocas comerciais entre as nações da região (PERRY *et al.*, 2009). Os sistemas de geração e de distribuição de energia também foram arruinados. Houve desabastecimento e escalada de preços de todos os tipos de bens. A subnutrição e a fome generalizada ajudaram a delinear um ambiente de grande tragédia social. A “guerra total”, de extensão global, mas concentrada na Europa (WEINBERG, 2010), onde os conflitos fizeram mais vítimas do que qualquer outro na História, em face à eficiência das armas e ao número de países envolvidos, provocou uma devastação física e social sem precedentes (ROSS, 2003).

Depois que o conflito cessou, revelaram-se as suas consequências: miséria, migrações em massa, doenças e milhões de perdas humanas – estudos apontam que houve entre 35 e 70 milhões de mortes ligadas às causas do conflito na Europa entre 1939 e 1945 (JUDT, 2005; BEEVOR, 2012) –, que deixaram marcas traumáticas, tanto físicas quanto psicológicas, nas sociedades da Europa, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de outras localidades do mundo (MAIER, 1981). Em razão do amplo e prolongado esforço de guerra das economias europeias, a recessão e os desequilíbrios fiscais implicaram no seu endividamento e em déficits dos balanços de pagamentos. As restrições às importações e a inevitável queda das exportações resultaram em graves perdas materiais e em dificuldade de recuperação da capacidade produtiva, agravando a escalada de custos de produtos e serviços (WEINBERG, 2010). A colossal destruição e a instabilidade social indicavam, de um lado, a necessidade dos governos de agirem com urgência para evitar outros desastres econômicos e humanos de consequências ainda maiores (MILWARD, 1980). De outro, apontavam que o caminho para a reconstrução europeia seria longo e difícil.

Diante dessas frágeis circunstâncias econômicas, políticas e sociais, foram retomadas antigas “ideias de Europa”, isto é, a situação pós-conflito induziu o retorno de diferentes percepções sobre a necessidade de se buscar a paz por meio da união dos povos europeus. Cada vez

mais presentes nos discursos no pós-Segunda Guerra, o entendimento de que a estabilidade se daria pela representação coletiva, a qual há muito havia sido divulgada e discutida em diversos círculos políticos e sociais, voltou a ganhar a simpatia e força entre lideranças e grupos da sociedade. Surgiram novos movimentos e ressurgiram outros, que defendiam a ideia de uma Europa unida, a partir da construção do conceito de comunidade (BOSSUAT, 1996), em um continente marcado por um histórico de hostilidades e de conflitos geopolíticos de sérias consequências.

A partir de uma pesquisa histórica e explicativa desde as últimas décadas do século XIX até os anos 1950, o objetivo deste trabalho é analisar o papel de dois determinantes do projeto de integração regional da Europa: as relações entre França e Alemanha, as maiores economias europeias e onde se concentravam as maiores rivalidades continentais, e o apoio dos Estados Unidos à reconstrução e ao projeto de integração regional europeu. Com relação ao eixo franco-germânico, busca-se examinar os antagonismos históricos e geopolíticos e o clima de aniquilamento secular nesse núcleo, além da instabilidade no Sistema Internacional.

Em um segundo momento, será examinado qual foi o papel dos Estados Unidos nos primórdios do processo europeu de integração regional. Ao final da Segunda Guerra, o país assumiu a condição de potência hegemônica capitalista mundial, e, juntamente a URSS, a grande liderança socialista, dividiu o mundo em duas áreas de influência. Em face de ideologias e de sistemas políticos e econômicos antagônicos dessas duas superpotências, além do propósito de expandir seu poder mundial, norte-americanos e soviéticos delinearam uma ordem mundial bipolar que perduraria até o início da década de 1990. No centro do palco da chamada Guerra Fria, que se configurou pouco tempo depois do fim da Segunda Guerra, estava a Europa, dividida em duas zonas de influência. A “partilha” do Estado alemão, em 1949, uma área crucial para conter o avanço soviético do ponto de vista norte-americano, tornou-se o maior símbolo da concorrência e rivalidades entre os dois principais polos de poder. Dado que a parte ocidental da Europa dependia econômica e militarmente dos Estados Unidos, todo e qualquer passo no processo de integração regional deveria ter o apoio norte-americano. Assim, discute-se quais as razões e de que forma os Estados Unidos desempenharam um papel decisivo em termos econômicos e geopolíticos, embora não suficiente, para o impulso inicial do processo de integração regional da Europa.

Por fim, analisa-se como e por que exatamente no eixo franco-germânico, o de maior revanchismo, foi que reascenderam as “ideias de Europa” no pós-Segunda Guerra, as quais seguiram-se planos políticos de integração regional. Essas ideias foram retomadas em razão da vontade política de alcançar a estabilidade regional depois de um longo período de disputas por poder, em um cenário de antigas pretensões expansionistas mundiais por parte dos Estados europeus por territórios e por capitais, e das frágeis alianças construídas durante séculos de conflitos regionais, além de duas guerras mundiais. Tais ideias instigaram a confiança primeiramente entre França e Alemanha, Estados Nacionais sem os quais a integração da Europa não teria sentido. Na prática, essas ideias foram influenciadas pelo contexto geopolítico e pela atuação e empenho de certas lideranças e implicaram em que os franceses abandonassem projetos punitivos em relação aos alemães e propusessem um plano de integração, o qual conseguiu transcender o “nacional” e criar um espírito de cooperação entre os povos europeus a partir do início dos anos 1950 com a criação da primeira Comunidade Europeia. Essas ideias também foram convincentes para o engajamento da Alemanha, país que havia sido derrotado nas duas grandes guerras e, por muito tempo, suscitou desconfianças na Europa sobre suas possíveis pretensões hegemônicas regionais.

1. AS RIVALIDADES HISTÓRICAS NA EUROPA E O EIXO FRANCO-GERMÂNICO

No campo dos problemas históricos não resolvidos entre os Estados europeus no que se refere às seculares lutas pela supremacia política e territorial e à concorrência interestatal capitalista na Europa e fora dela no pós-Segunda Guerra Mundial, certamente as relações entre França e Alemanha constituíram o maior eixo de tensão a ser eliminado para promover a estabilidade do continente europeu. A coordenação entre esses dois Estados europeus seria vital para qualquer que fosse o tipo de projeto europeu de integração regional escolhido.

Na segunda metade do século XIX, a nação alemã havia conseguido mostrar primeiro à Áustria e depois à França, dois outros grandes impérios europeus, a sua grande capacidade de organização produtiva e militar, considerando-se seus rápidos e consistentes avanços científicos e tecnológicos, acelerado ritmo de crescimento econômico e populacional, além do seu poder bélico. De uma nação agrícola, unificada somente

em 1871, a Alemanha havia se tornado uma grande máquina industrial, alavancada pelas finanças, e uma rival econômica e militarmente poderosa na região (LICHTHEIM, 1972), embora dependente do equilíbrio de muitos fatores externos e internos. Somente pelo funcionamento contínuo dessa máquina a pleno vapor, resultado do compromisso político interno, que incluía uma nova classe burguesa, seria possível para a Alemanha criar empregos para a população em processo de crescimento e urbanização, assim como ter recursos para adquirir bens do exterior (KEYNES, 2002).

As rivalidades territoriais e políticas relacionadas à unificação e ao fortalecimento do poder alemão haviam culminado na Guerra Franco-Prussiana de 1870-71. As forças armadas alemãs, formadas pela Prússia e por seus aliados, a Confederação da Alemanha do Norte e os estados do sul, uniram-se e rapidamente derrotaram a França, cujo objetivo era impedir a unificação do Império Alemão e a anexação de partes das províncias fronteiriças pertencentes aos franceses desde 1648 – a Alsácia e a Lorena –, regiões estratégicas ricas em carvão e minério de ferro (HENSEL, 1998), mas onde a maioria da população era de origem germânica.

Com a vitória sobre a França e acentuação do seu progresso econômico, manifestou-se na Alemanha o sentimento nacionalista e a vontade de se expandir para novos territórios, em um ambiente de seculares e intensas disputas imperialistas entre as potências europeias pelo controle global de territórios, mercados consumidores, matérias primas e fontes de energia. Naquele momento, a competição interestatal capitalista se refletia na formação de empresas e instituições financeiras cada vez maiores e mais monopolizadas (FREMDLING, 1996), no desenvolvimento tecnológico das economias industrializadas, no crescimento de Estados burocráticos e no fortalecimento dos nacionalismos. Embora o Império Britânico fosse a potência hegemônica do mundo desde a metade do século XIX, o que estava em jogo era sobretudo a repartição territorial do mundo em colônias nacionais e “zonas de influência”, além da acumulação de capital (KURZ, 2003).

A Alemanha imperialista, da mesma forma que a Itália, inseriu-se tardiamente na competição pelas colônias africanas e asiáticas, afirmando que seus capitais estavam confinados pelas várias fronteiras com seus vizinhos, declarando-se, por isso, disposta a lutar pelo que chamava de *Lebensraum* (“espaço vital”), um grande espaço econômico dominado pelos alemães no centro da Europa (MARTIN, 1989, p. 203). Movida por condições do seu entorno imediato e por disputas não menos significativas em regiões

geográficas remotas, e amparada por um exército eficiente, que lhe conferia superioridade armamentista (KENNEDY, 1989), a Alemanha sentia-se estimulada a continuar reunindo forças por meio da integração de todos os povos de origem germânica na Europa, pretendendo que passassem a se subordinar a sua exclusiva autoridade política (TREIN, 2013).

Por sua vez, a França, em condições industriais inferiores a Alemanha, sabia que a unificação alemã tornaria aquele país a única nação no continente capaz de desafiar seu poder e comprometer o seu desenvolvimento como potência não somente na Europa, mas também no Sistema Internacional (HILDEBRAND, 1995). No entanto, as dificuldades que tiveram os franceses no controle da região de fronteira com os alemães tinham marcado o fim do Segundo Império Francês (1852-1870), e a perda da Alsácia-Lorena para o Império Alemão havia prejudicado as indústrias siderúrgicas e de ferro francesas (LICHTHEHEIM, 1972). Além disso, divergências sobre a responsabilização da derrota contaminaram a política francesa por décadas, ascendendo forte revanchismo entre franceses e alemães. Esse fato abriu caminho para que a França tentasse assegurar a sua posição no frágil Concerto da Europa. Esse Concerto, em essência, não era um sistema de paz, mas apenas de soberanias independentes protegidas pelo mecanismo de guerra (POLANYI, 2000), em que a Alemanha passou a ser a principal potência com capacidade disruptiva. Essa instabilidade política do fim do século XIX gerou um cenário turbulento na Europa: proliferação de crises políticas, deterioração das condições econômicas, altos índices de inflação, sinais de fragilidade do padrão ouro – um sistema de paridade fixa libra-ouro, que garantia a estabilidade do Sistema Monetário Internacional desde os anos 1870 sob a hegemonia mundial britânica, e que a partir de então entrou na fase do declínio relativo (LAKE, 2003) –, além da continuidade das disputas territoriais fora da Europa frente à concorrência imperialista entre grandes potências.

Logo, foram as agressivas pretensões expansionistas alemãs, sobretudo na África, e a insegurança gerada pela concorrência entre impérios expansionistas europeus, especialmente entre França e Alemanha, que interromperam o *status quo* na Europa no início do século XX, culminando com a irrupção da Primeira Guerra Mundial em 1914²,

² Na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha, a Itália e a Áustria-Hungria formaram a Tríplice Aliança, e posteriormente incluíram a Turquia e a Bulgária. Essa Aliança se opôs aos países que formavam a Tríplice Entente (Rússia, França e Grã-Bretanha). A Itália declarou

que envolveu todas as grandes potências europeias, com exceção da Espanha, dos Países Baixos e dos três países da Escandinávia e da Suíça (HOBSBAWN, 1995). Esse conjunto de fatores acumulados ao longo de poucas décadas mostrou que a Primeira Guerra Mundial teve sua origem e seus desdobramentos motivados por rivalidades entre formações nacionais do capital europeu em um período histórico de acelerada expansão e acumulação (TREIN, 2013), envolvendo potências rivais na Europa e fora dela.

No cessar fogo da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a derrota da Alemanha nesse grande conflito geopolítico, a qual formava a Tríplice Aliança com o Império Austro-húngaro, que logo se fragmentou, e com a Itália, implicou em discussões imediatas por parte da Tríplice Entente (Impérios Francês, Britânico e Russo), sobre qual seria o futuro daquele país. A devolução da região da Alsácia-Lorena para a França, além de outras regiões alemãs ricas em carvão e ferro, e de pesadas reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes de 1919 à Alemanha, provocaram inflação e crise econômica no país, deixando-o completamente incapaz de cumprir com as suas obrigações. As cláusulas do Tratado, cujo formato final decorria de uma proposta da França, eram demasiadamente lesivas e humilhantes e incluíam ainda o confisco das propriedades privadas de cidadãos alemães, interferência na operação das ferrovias nesses territórios e grande volume de carvão e ferro extraídos de regiões da Alemanha (KEYNES, 2002), os quais foram entregues à França. A intenção dos franceses era transferir toda a responsabilidade das razões do conflito para os alemães (DOISE; VAÏSSE, 1987).

A Primeira Guerra resultou ainda na configuração de “novas fronteiras” no continente europeu e causou profundas transformações no espaço geográfico mundial no início do século XX, em consonância com os princípios nacionalistas, após o desaparecimento de antigos impérios multinacionais. Ao mesmo tempo, ela trouxe os Estados Unidos – em 1917, o país declarou guerra aos alemães e seus aliados para assegurar a vitória da Tríplice Entente – e a Rússia para a frente das maiores potências mundiais, com as quais a Grã-Bretanha não conseguia mais competir (LICHTHEIM, 1972). Além disso, houve aumento vertiginoso do número refugiados como vítimas do conflito, escassez de alimentos e alastramento de doenças.

neutralidade em um primeiro momento e, mais tarde, entrou na Guerra, junto ao Japão.

Na verdade, os terríveis sofrimentos provocados pela Primeira Guerra e a tensão política que explodiu em 1914 foram superficialmente amenizados por tratados com o propósito de eliminar a competição da Alemanha e de outras potências europeias do jogo geopolítico internacional, tendo em vista que a todos os Estados derrotados foram impostos a cessão de territórios e pagamentos indenizatórios, “aumentando, ainda mais acentuadamente, os obstáculos políticos e econômicos para a paz” na Europa (POLANYI, 2000, p. 37). Assim, os tratados não ajudaram a resolver os litígios internacionais, ao contrário, impediram a cooperação entre os Estados europeus, contribuindo para tornar ainda mais instável a solução da Primeira Guerra. Além disso, diversos grupos étnicos e sociais passaram a ter de “dividir” os mesmos territórios, gerando uma situação de permanente instabilidade na Europa (HEINKELMANN-WILD, 2014).

Os terríveis sacrifícios impostos pelo conflito e a enorme perda de vidas pesou não apenas sobre os perdedores do conflito, mas também sobre aqueles combatentes do lado vencedor. A vulnerabilidade social, política e econômica deixou o caminho aberto para que o nacionalismo e o militarismo não somente não desaparecessem, como culminassem em regimes totalitaristas. “Um sentido de catástrofe iminente assombrava o frívolo cenário da Europa” (KEYNES, 2002, p. 3). Nesse contexto, as duas décadas que separaram o fim da Primeira Guerra do início da Segunda Guerra Mundial não podem ser consideradas um período de paz, mas muito mais um intervalo entre dois conflitos armados em que se disputava poder hegemônico e espaço vital para o processo de expansão capitalista em curso não só na Europa, mas em âmbito mundial (TREIN, 2013).

Foi nesse quadro que o presidente norte americano Woodrow Wilson (1856-1924), de forte formação humanista, defendeu, em 1919, na Conferência de Paz de Paris, durante a formulação do Tratado de Versalhes, os seus 14 Pontos para a promoção da paz e dos princípios do liberalismo na política internacional. O direito dos povos à autodeterminação e a criação da Liga das Nações, organização que ficaria encarregada pela segurança coletiva internacional, eram os dois pontos que estavam no centro do projeto de Wilson. Pautada na autoridade supranacional, a Liga das Nações, cuja primeira assembleia aconteceu em Genebra, em 1920, foi criada pelos países que haviam sido vencedores do conflito, com o fim de resolver as suas diferenças e promover a democracia.

No caso da Alemanha, na visão do presidente, um Tratado de Paz, em vez da punição do país, poderia promover “o fim de todas as guerras”.

Esse tratado seria institucionalizado como um sistema de segurança coletiva, a partir do qual a agressão de um Estado implicaria em uma resposta por parte de todos os demais membros da Liga (EBEGBULEM, 2011).

Quando foi fundada, no entanto, a Liga das Nações não conseguiu desfazer o ceticismo em relação aos benefícios da democracia e do liberalismo das nações perdedoras, pois elas acreditavam que as humilhações vividas na Primeira Guerra só seriam sanadas com o fortalecimento de suas forças militares e a conquista de novos territórios. Os proponentes do projeto da Liga, os Estados Unidos, em última instância, decidiram por não fazer parte dela e retornam ao seu isolacionismo político, concentrando-se em seus problemas domésticos, e considerando a Europa um território instável.

De fato, a despeito de inicialmente ter mantido os Estados Unidos neutros no conflito, foi Wilson quem declarou guerra ao Império Alemão, em 1917, aliando-se a franceses e ingleses, embora tenha preferido entrar como um “poder associado”, pois tinha cautela em relação à situação da Europa. No mesmo ano, com a Revolução Bolchevique, a dinastia Romanov caiu na Rússia, e o país retirou-se do conflito. O novo regime russo – conhecido desde 1922 como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – foi confrontado com a tarefa de se preservar dentro de um ambiente mundial hostil enquanto funcionava como uma “contrapotência” agregadora dos países concorrentes do Ocidente, contra os quais o centro europeu do capitalismo ocidental, esgotado com as lutas dilaceradoras pela hegemonia mundial, pouco poderia se opor (KURZ, 2003) naquele momento.

Nesse contexto, para além da contínua e instável situação, começaram a renascer antigas ideias sobre de que forma seria possível sobrepujar a fragmentação do continente europeu. Em 1923, o aristocrata e político austríaco Richard Nikolaus von Coudenhove-Kalergi publicou a sua obra *Paneuropa*, na qual defendia a criação de uma federação de Estados europeus a partir da formação de uma unidade política supranacional para a qual os Estados europeus concederiam parte de sua soberania. Seu principal objetivo era seguir os ideais dos seus predecessores do século XIX: manter a paz, permitindo que a Europa competisse de forma mais eficiente nos mercados mundiais. Logo, o projeto de Kalergi delimitou a sua extensão territorial: como resultado da Revolução Russa, de 1917, o bolchevismo foi acusado de ser inimigo da paz e, assim, a URSS não fez parte da proposta. No entanto, embora vários importantes políticos

apoiassem o projeto, ele não foi suficiente para alcançar qualquer resultado prático naquele momento (URWIN, 1995).

Mais adiante, Aristide Briand (1862-1932), primeiro ministro da França entre 1921-1932, defensor de uma séria política de desarmamento na Europa e um dos arquitetos do Tratado de Locarno³, assinado em 1925, na Suíça, tentou avançar o debate em nível governamental. Na Liga das Nações, em setembro de 1929, propôs uma união na forma de uma confederação de Estados. No ano seguinte, divulgou um memorando no qual propunha uma coordenação política no âmbito da Liga, em que afirmava que os Estados signatários (Bélgica, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália) corroboravam com o ideal de busca da paz. A Grã-Bretanha se mostrou cética com relação ao plano e a Itália totalmente hostil a ele. Assim, os propósitos franceses acabaram sendo abandonados antes mesmo da morte de Briand, em 1932.

A Grande Depressão Econômica da década de 1930, que se seguiu após o colapso da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, acentuou ainda mais as más condições econômicas e sociais na Europa: desemprego em massa, colapso dos preços dos bens agrícolas, disparidades socioeconômicas e queda dos investimentos induziram o retorno do protecionismo dos mercados, por um lado, e a necessidade da proteção social, por outro. Todas essas condições abriram espaço para os perigos da radicalização do discurso dos partidos de esquerda e direita nos anos 1930. A ascensão do fascismo na Itália, um movimento de contrarrevolução de direita radical, foi um importante exemplo disso, tendo em vista que se colocava em questão os velhos regimes e classes dominantes. Esse potencial de mobilização foi, sem dúvida, ainda maior na Alemanha, um Estado destinado por seu tamanho, potencial econômico e militar, e a sua posição geográfica a desempenhar um papel político importante na Europa sob qualquer forma de governo (HOBSBAWN, 1995).

As vivas memórias da derrota para a França na Primeira Guerra Mundial e as nefastas consequências da Crise de 1929 foram sentidas em todos os setores da economia alemã. Os capitais norte-americanos, inclusive os empréstimos, que haviam contribuído com o fluxo de investimentos diretos, desapareceram de um momento para outro (WALDNER, 2014). Dadas as dificuldades orçamentárias e as insuficientes exportações, a economia da Alemanha se viu em uma condição ainda mais vulnerável.

³ O Tratado de Locarno garantia a inviolabilidade da fronteira ocidental da Alemanha definida no Tratado de Versalhes.

O governo da República de Weimar – uma democracia parlamentar estabelecida após a Primeira Guerra Mundial e que durou de 1919 a 1933 –, também não incitava, naquele momento, a confiança do povo alemão, cansado de tantas humilhações. No cerne dessa questão estava o problema da falta de vontade alemã de aceitar a sua nova condição na Europa e a incapacidade das potências ocidentais de formular uma política coerente para o país (LICHTHEIM, 1972).

Por conseguinte, em meio a uma crise econômica e social sem precedentes, marcada por hiperinflação, falta de crédito, desemprego, dificuldades de solvência das instituições bancárias alemãs, além da crescente pressão do mercado internacional, as primeiras manifestações do nacionalismo e do militarismo do século XX não demoraram a aparecer na Alemanha (WEINBERG, 2010). Nesse contexto, os cidadãos viram nos argumentos político-ideológicos do nacional-socialismo uma alternativa à recessão econômica e às condições políticas caóticas em que se encontravam (WALDNER, 2014). Os anos que se seguiram até o início da Segunda Guerra Mundial foram marcados por uma mobilização interna em que a economia, a sociedade e a política da Alemanha se fundiram em uma única grande força disposta a enfrentar seus inimigos históricos a qualquer preço (TREIN, 2013).

O discurso de Adolf Hitler, então líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (ou Partido Nazista), atraiu seguidores desesperados por mudanças. Nomeado chanceler em 1933, após uma aliança com partidos conservadores, Hitler revisou os objetivos políticos da Alemanha, que seriam realizados não só por meio da diplomacia, mas pela política de remilitarização do país. As pretensões do seu ambicioso programa eram restabelecer a superioridade alemã na Europa como uma hegemonia regional. Do seu ponto de vista, a sobrevivência da raça germânica, considerada superior, estava ameaçada por inimigos que deveriam ser derrotados, nomeadamente judeus, marxistas, ciganos e outros. Para o povo alemão prosperar, segundo ele, os Estados mais fracos da Europa Oriental precisavam ser conquistados e “a França era um inimigo intrínseco da Alemanha devido a sua posição geoestratégica” (BAR, 2006, p. 16).

O chanceler alemão também abriu a discussão acerca da cláusula do Tratado de Versalhes sobre a “culpa pela guerra”, que fazia da Alemanha a única responsável pelo conflito. Diante da não-reação de Grã-Bretanha e França à denúncia alemã ao Tratado de Versalhes, sem o consentimento

das grandes potências da Europa, Hitler eliminou as restrições sobre o rearmamento da Alemanha (BAR, 2006). Na verdade, naquele momento, o país estava em uma posição de reconhecimento das falhas da ordem do século XIX e se empenhava na destruição dela pela suposta superioridade intelectual de seus estadistas (POLANYI, 2000). A questão que ficava aberta era o quão coerentes seriam as ações de Hitler na persecução de seus objetivos, pois, em 1933, a Alemanha ainda estava desarmada e economicamente debilitada.

Mesmo assim, para justificar as suas pretensões expansionistas, Hitler insistia que os alemães precisavam conquistar um “espaço vital”, expandindo o seu território para criar um novo e vasto império na parte leste da Europa. Concretizando essas intenções, a Alemanha ocupou a Renânia, em 1936, uma região situada em sua fronteira com a França e que, por determinação do Tratado de Versalhes, deveria permanecer desmilitarizada. Em 1938, os alemães bombardearam e anexaram partes da Áustria e da Tchecoslováquia e, no ano seguinte, invadiram a Polônia, fatos que marcaram o início da Segunda Guerra Mundial. Esse outro grande conflito envolveu recursos materiais e humanos ainda maiores que a Primeira Guerra (PERRY *et al.*, 2009). Com o argumento de que era necessário acelerar a derrota russa antes da entrada oficial dos Estados Unidos no conflito, o que se deu em 1941, os alemães também quebraram o Pacto de Não Agressão, realizado com os soviéticos, em 1939, a partir do qual ambos os lados se comprometiam em não apoiar os inimigos um do outro. Rival político e geopolítico declarado da Alemanha, a URSS então se juntou aos Aliados para combater aquele país (COLLINGHAM, 2011), que ainda invadiria mais onze durante a guerra.

Aos poucos, Hitler conseguia reverter a vulnerável condição na qual a Alemanha havia sido submetida desde o Tratado de Versalhes, impondo seu poder militar por meio de estratégias cada vez mais eficientes (PERRY *et al.*, 2009). Como consequência disso, disputas fronteiriças e invasões voltaram a se intensificar na Europa, apesar das tentativas de negociações diplomáticas para a realização de acordos de desarmamento.

Parecia que havia pouco espaço para a emergência de uma Europa dominada pelo entendimento entre as nações, pelo gerenciamento de enfrentamentos e pelo progresso econômico (GÖTERMAKER, 2011). A recuperação econômica alemã e o seu plano expansionista instigavam a aproximação das potências ocidentais da URSS a fim de elaborar propostas para a instauração de um sistema de segurança coletiva na Europa Oriental.

2. A EUROPA ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A URSS

Até 1945, diversas ofensivas envolveram todas as regiões da Europa, tanto da parte oriental quanto ocidental, além da Rússia e do seu entorno estratégico, e marcaram novamente um período de terror, destruição, fome e forte mobilização de guerra, que envolveu vultosos recursos econômicos, humanos, naturais e científicos (DOISE, VAÏSSE, 1987) em um conflito verdadeiramente global.

Ambos os lados – os Aliados (URSS, Estados Unidos, Império Britânico e Império Francês) e as potências do Eixo (Império Alemão, Reino da Itália e Império do Japão) – mobilizaram todos os seus recursos econômicos e dispuseram a sua indústria a serviço da guerra. Entre 1940 e 1944, grande parte da Europa sofreu com a ocupação nazista, sobretudo os países da parte oriental. Pautando-se na justificativa da necessidade de marcar a superioridade da raça germânica, a partir de 1942, entre 5 e 6 milhões de judeus foram exterminados nos campos de concentração pelos nazistas (GILBERT, 2004). Do ponto de vista da ideologia de Hitler, essa “limpeza étnica”, sobretudo de judeus e de eslavos, era uma condição necessária para que a Alemanha tivesse um futuro melhor.

Depois de muitas batalhas e atrocidades de todos os lados, em 1945, outra derrota incondicional da Alemanha implicou que as quatro potências aliadas vencedoras – os Estados Unidos, a URSS, a Grã-Bretanha e a França –, dividissem o país em quatro zonas de ocupação (HENSEL, 1998), com a parte oriental constituindo a área soviética e as demais dos Aliados. Em janeiro de 1947, a região da Alsácia-Lorena voltou a ser de domínio francês e os alemães foram condenados a pagar vários bilhões em dívidas de guerra às potências aliadas (HOBSBAWN, 1995), depois que um grande plano de desmilitarização do país foi traçado. Ficou determinado que os principais centros de mineração e de indústrias alemãs deveriam ser internacionalizados ou anexados por nações vizinhas. Milhões de soldados alemães prisioneiros de guerra foram submetidos ao trabalho forçado na Grã-Bretanha, França e URSS. Enfim, a derrota alemã encerrava um capítulo importante das disputas intercapitalistas, com consequências para todo o Sistema Internacional, e que, em menos de um século haviam causado três grandes guerras (TREIN, 2013).

A despeito de que a Segunda Guerra tenha deixado a maior destruição de vidas humanas e bens materiais da História, o seu maior legado, e o mais temido, foi a bomba atômica, dada a sua suposta capacidade

de destruição do planeta (ROSS, 2003). Os ataques norte-americanos ao Japão, em 1945, no desfecho da Segunda Guerra, mostraram a grande capacidade de devastação daquela arma, embora ainda não se soubesse ao certo a totalidade de sua dimensão estratégica de aniquilamento. Em agosto de 1949, a URSS também explodiu sua primeira bomba atômica e, em seguida, em 1953, sua primeira bomba termo nuclear. Desse modo, os sistemas secretos de segurança e os programas científicos de tecnologia criados para espionar os avanços estrangeiros em ciência explicitavam o quão desconhecido era a verdadeira capacidade das novas armas atômicas. De qualquer forma, diante desse intenso uso da tecnologia de guerra, o chamado "*Big Science*", desempenhou um importante papel no desenvolvimento tecnológico dos países beligerantes (WEINBERG, 2010).

Ficava evidente o grande poder econômico e militar norte-americano e que se iniciava uma nova era internacional de instabilidade geopolítica. Os Estados Unidos já haviam se tornado a maior economia do mundo, em 1913, fabricando mais de um terço da produção industrial, e era o mais importante credor de vários países europeus (LONG; EICHNGREEN, 1991). Seu breve envolvimento na Primeira Guerra Mundial não havia demandado maior mobilização bélica e a sua grande distância do centro da instabilidade geopolítica havia preservado a sua economia (BROADBERRY; HARRISON, 2005). Sua entrada tardia na Segunda Guerra Mundial e o fato de que os confrontos diretos não terem acontecido em território norte-americano deixaram o país em uma situação bem mais confortável do que a Europa Ocidental e várias outras partes do mundo. Após o cessar fogo, os Estados Unidos eram, definitivamente, uma economia e uma potência militar internacionalmente dominante e um importante credor internacional. Tinham poder político e militar suficientemente grande para se colocar na liderança da frente ocidental.

Com efeito, os norte-americanos assumiram o papel de principal potência na ordem internacional capitalista, abandonando a sua posição isolacionista. Ao contrário do que aconteceu com a maioria dos países europeus, a Segunda Guerra havia aberto novas oportunidades para o crescimento econômico e o rápido avanço científico e tecnológico dos Estados Unidos, implicando na ampliação dos seus mercados e no acúmulo de um enorme superávit em seu balanço de pagamentos. Os anos 1941-1945 registraram as mais significativas taxas de crescimento econômico da história da economia do país em um período tão curto, alavancando as possibilidades de realizar grande volume de gastos públicos, que

provocaram queda do desemprego e consolidação da economia de consumo. Os norte-americanos produziram aproximadamente metade dos bens e serviços do mundo naquele período (LUNDESTAD, 1986).

Na Europa, as lutas armadas generalizadas entre várias nações haviam transformado as relações de poder do sistema interestatal. Muitos países europeus, que ainda eram centros de impérios coloniais, perderam a sua superioridade comercial e financeira internacional, além do seu prestígio (MILWARD, 1992), tendo em vista que a Segunda Guerra acelerou sua desintegração (PERRY *et al.*, 2009). A Grã-Bretanha, que era a potência hegemônica mundial desde o século anterior, na metade dos anos 1940 estava endividada e arruinada e sua economia em depressão (LICHTHEIM, 1972). Por isso, precisou realizar vultosos empréstimos, sobretudo com os norte-americanos (HOBSBAWN, 1995). Apesar do grande esforço para manter a sua posição privilegiada no Sistema Internacional, os britânicos tinham perdido a sua capacidade de manter seu *status* e poder (LUNDESTAD, 1986). Mesmo assim, na segunda metade dos anos 1920, o padrão ouro, que havia sido deixado por várias economias do mundo após a Primeira Guerra, foi restabelecido. Por razões previsíveis, ele ressurgiu de forma muito enfraquecida, uma vez que a Grã-Bretanha não tinha mais condições de sustentá-lo. Diversos outros países também se endividaram porquanto os custos das guerras superavam largamente a sua possibilidade de pagamento (MILWARD, 1980). A vitória dos Aliados, ainda que abrisse um enorme horizonte de oportunidades de recuperação para os capitais britânicos e franceses, de fato, contemplou, em primeiro lugar, os norte-americanos.

As duas Guerras Mundiais têm, portanto, em sua origem, a fragilidade dos sistemas de alianças, as pretensões expansionistas e os conflitos franco-germânicos pela preeminência na Europa, esses últimos agravados por disputas imperiais envolvendo interesses de várias nações e impérios. De várias maneiras, na Segunda Guerra repetiu a experiência da Primeira (WEINBERG, 2010). A “Era da Catástrofe”, que compreendeu ambas as guerras (1914-1945) (HOBSBAWN, 1995), marcou um período de instabilidade política, econômica e social sem precedentes na Europa: extremismos de todas as formas, pobreza, fome, penúria, racismo, rearmamento, migrações forçadas e alianças estratégicas por interesses geopolíticos momentâneos. De modo geral, as economias europeias voltaram a proteger os seus mercados dos bens estrangeiros e a adotar políticas monetárias não coordenadas (BROADBERRY; HARRISON, 2005).

Nesse cenário, os Estados Unidos se deram conta de que a estabilidade e o crescimento econômico mundial seriam vitais para a sua posição hegemônica e que a ordem internacional precisava de uma liderança cujas regras eles poderiam impor. Na Conferência de Bretton Woods, que aconteceu em 1944, reuniram-se os representantes dos Aliados capitalistas para criar uma ordem econômica mundial pautada em regras e instituições formais para a ordenação do Sistema Monetário Internacional de acordo com os planos norte-americanos de liderança. Esse sistema tinha como fim superar as enormes limitações do padrão-ouro, não apenas ao comércio internacional, mas também à própria operação das economias domésticas (CARVALHO, 2004). Além disso, buscava construir um ambiente institucional com as condições necessárias para a retomada do crescimento econômico dos países da Europa Ocidental e a construção de regimes liberais sob a hegemonia do dólar.

A partir da vitória do projeto norte-americano frente ao britânico, apresentado em Bretton Woods, o sistema cambial de taxas de câmbio fixas seria garantido pelo recém-criado Fundo Monetário Internacional (FMI), com o fim de promover a cooperação monetária internacional e estabilidade do sistema por meio da oferta de apoio financeiro aos países que apresentassem desequilíbrio no seu balanço de pagamentos. Segundo essa lógica, quando uma economia mostrasse ao FMI que uma correção de suas taxas de câmbio era necessária, essa correção seria autorizada. Enquanto os Estados Unidos mantiveram o compromisso da paridade fixa do dólar com o ouro, os países europeus se empenharam em ancorar as suas moedas ao dólar aos valores declarados (EICHENGREEN, 1991).

Em seu discurso, os norte-americanos mostravam sua intenção de tornar o mundo um mercado único, de forma que se fizesse possível garantir as condições para a recuperação das guerras e da depressão a partir da promoção da liberdade econômica (DEBLOCK; HAMER, 1994). Essa visão era oposta à da década de 1930, quando os acontecimentos haviam reforçado o protecionismo e a autarquia das economias nacionais. A essência do compromisso liberal capitalista do pós-Segunda Guerra estava no fato de que, ao contrário do nacionalismo dos anos 1930, seu caráter era multilateral e, diferentemente do liberalismo do período do padrão ouro, previa o intervencionismo estatal.

Dessa forma, os Estados Unidos, usaram seu poder para construir uma ordem econômica internacional aberta nos anos decorrentes do pós-Segunda Guerra Mundial (HELLEINER, 1994), impondo uma ordem que

lhe dava uma condição privilegiada, tanto em termos comerciais, quanto monetários e financeiros, uma vez que tinham a moeda de referência internacional, o dólar, realizavam grandes empréstimos e exportavam enormes volumes para as várias débeis economias endividadas da Europa. Essas novas regras da ordem econômica internacional por eles impostas minavam ainda qualquer resquício britânico de pretensão da retomada da sua hegemonia (STEIL, 2013).

No que concerne à segurança ocidental sob a hegemonia norte-americana, em 26 de junho de 1945 foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência de São Francisco. A Carta da ONU, assinada por 51 Estados, fixou seus objetivos e o Conselho de Segurança (CS) – um dos principais órgãos da instituição – elegeu cinco membros permanentes com poder de veto: Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China. A ONU era um projeto escrito e dirigido pelos vencedores da Segunda Guerra, que queriam estabelecer as bases de novas relações internacionais retomando o conceito de “segurança coletiva” apresentado pela Liga das Nações. A ONU buscava impedir que os Estados primassem pelo uso da força. Ao colocar as “regras do jogo” nas áreas da economia, da política e da segurança internacional do lado capitalista ocidental, por meio da fundação de instituições multilaterais a serviço dos Aliados, os norte-americanos moldavam, assim, uma nova ordem hegemônica que servia aos seus interesses.

Os Estados Unidos, que junto à Grã-Bretanha e à URSS haviam formado uma coalizão durante a Segunda Guerra contra as forças do Eixo, começaram a mostrar sinais de desacordo sobre a ordem do pós-guerra na Europa pensada pelos soviéticos (HENSEL, 1999). Depois da derrota alemã, não havia mais os mesmos motivos imediatos para manter a cooperação (PERRY *et al.*, 2009). Na verdade, norte-americanos e britânicos consideravam o sistema comunista repressivo, além de que julgavam inaceitáveis os regimes político e econômico da URSS. Por isso, no pós-Segunda Guerra, o comunismo soviético, sob a liderança de Joseph Stalin (1879-1953), tornou-se o inimigo mais urgente a ser combatido na Europa do ponto de vista dos Estados Unidos.

A ameaça de expansão da área de influência soviética abrangia a parte ocidental da Europa, além da Ásia e do Oriente Médio, a sua forte presença na Europa Oriental e Central, a partir do alinhamento dos governos dos países dessas regiões com o Kremlin. “A sua capacidade tecnológica de produção da bomba nuclear e o tamanho do seu exército

faziam da URSS um ator internacional incontestável” (MAIER, 1981, p. 350). Foi nesse contexto que as disputas pela supremacia regional e mundial desenharam a nova ordem econômica e geopolítica internacional.

Embora a URSS tivesse sofrido as maiores perdas em vidas humanas e a maior destruição material entre todos aqueles países que tomaram parte da Segunda Guerra Mundial, o conflito tinha servido para mostrar que o comunismo soviético tinha força material considerável e que podia se colocar à frente do capitalismo tanto pela ocupação do espaço econômico, como ao empreender uma efetiva disputa político-ideológica e militar por novos territórios (STÖVER, 2012).

A despeito de inicialmente ter esperanças de conseguir manter relações amplamente cooperativas com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, os soviéticos desconfiavam da relação com os Estados capitalistas, particularmente da Alemanha, que havia invadido a Rússia em ambas as guerras. Para estabelecer um “tampão” contra uma nova ameaça alemã e aproveitar a chance da expansão geopolítica no pós-Segunda Guerra, Stalin anexou as regiões fronteiriças do Leste Europeu com a Rússia e nelas instituiu governos comunistas subservientes ao seu poder (PERRY *et al.*, 2009). Os países os quais governavam pareciam dispostos a competir na corrida pelo crescimento econômico com o Ocidente (HOBSBAWN, 1995). A experiência histórica russa em relação às constantes invasões vindas do Oeste da Europa motivou Moscou a manter os Estados-tampão na Europa Central e Oriental no pós-Segunda Guerra sob a sua área de influência.

Nesse ambiente internacional de grande tensão, o presidente norte-americano, Harry S. Truman (1884-1972) rompeu com a política exterior *low profile* de seu antecessor Franklin D. Roosevelt (1888-1945), do qual havia sido vice-presidente, redefinindo-a. Depois de ordenar o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão para forçá-lo a se render ao final da Segunda Guerra, em 12 março de 1947, Truman apresentou ao congresso norte-americano a sua doutrina de contenção, que visava fornecer ajuda financeira e militar a países ameaçados pela expansão soviética (CVCE, 2014). Do seu ponto de vista, as relações entre as duas superpotências, haviam começado a se deteriorar desde a presidência de Roosevelt. Os Estados Unidos, convencidos de que a URSS representava uma ameaça à democracia, tanto quanto os nazistas haviam sido, e que “se tornava uma tarefa moral que eles enfrentassem o “desafio implacável” de contenção do comunismo, mostravam seu poder sobre países e pessoas” (GILBERT, 2009, p.17).

A partir de 1947, abriu-se a era da Guerra Fria, assim chamada porque, apesar das tensões e da corrida armamentista, em termos objetivos, não houve enfrentamento *de facto* entre os dois grandes pólos de poder, apesar do medo, mas apenas conflitos localizados em áreas de influência. O despertar da Guerra Fria, logo após as conferências que aconteceram entre 1943-45 – em Teerã, Yalta e Potsdam – para a demarcação das “novas linhas na Europa” e as punições à Alemanha, anunciava o início da disputa político-ideológica e econômica internacional, definida nas fronteiras dos dois blocos de poder, que dividiram o mundo em duas macrorregiões, em que a Europa se encontrava exatamente no centro.

O confronto entre objetivos soviéticos e ocidentais na Europa ficou evidente pela primeira vez em março de 1946, quando o ex-primeiro ministro britânico, Winston Churchill (1874-1965), fez um discurso no Missouri, Estados Unidos, em que afirmou que “uma cortina de ferro desce sobre toda a Europa”. No momento do pronunciamento de Churchill, a União Soviética ainda não tinha submetido a maioria dos países da Europa do Leste ao regime comunista. No entanto, na primavera de 1948, ela subjugou a região oriental da Europa aos objetivos da política externa stalinista, implicando em transformações dos sistemas nacionais dos países da região: economia planificada, meios de produção controlados pelo governo, partido único e de poder centralizado. Essas mudanças geraram ainda mais aversão dos países ocidentais com relação ao regime soviético.

3. O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E NA SEGURANÇA DA EUROPA OCIDENTAL

A questão fundamental para a Europa Ocidental no pós-1945 era a recuperação da sua capacidade de produzir riqueza. Para isso, era necessária infraestrutura para produzir e distribuir alimentos, bens de consumo e de capital, recursos energéticos e matérias primas para recompor e abastecer as indústrias de insumos. A restauração da capacidade política dos governos para administrar investimentos e gerenciar as demandas da população também era essencial.

Com as indústrias destruídas ou obsoletas, escassez de mão de obra e de alimentos e dependência do mercado externo, as dificuldades dos países europeus foram ainda agravadas pelos severos invernos do fim nos anos 1940 (SCHÄFER, 2003). Os governos sabiam que seus mercados nacionais se encontravam excessivamente debilitados para conseguir

recuperar a produtividade industrial por si mesmos (KAHN, 2011). Em razão das restrições impostas pelos Aliados aos produtos industriais da Alemanha e os desequilíbrios causados pelas guerras, as importações passaram a ter origem, sobretudo, nos Estados Unidos (MAIER, 1981). Esse país representava muito mais do que a principal fonte da compra de bens sem que os governos europeus tivessem meio de pagar por elas. Eles estavam certos de que os Estados Unidos poderiam ser a principal fonte de recursos para a sua imediata restauração econômica, dado o notável avanço econômico, científico e tecnológico que havia alcançado nas décadas anteriores. Ávidos por dólares para financiar tanto as suas compras do mercado externo quanto os gastos necessários à sua reconstrução, a Alemanha, antes de tudo, precisava instigar a confiança do capital norte-americano para atraí-los para as suas economias (MILWARD, 1984).

Os Estados Unidos já haviam realizado vultosos gastos militares durante a Segunda Guerra em virtude do seu temor frente à capacidade ofensiva da União Soviética. Depois do fim do conflito, a ideologia anticomunista do país só cresceu e com ela os compromissos da política externa norte-americana para combater a força material e ideológica do bloco liderado pelos russos. O sistema político e econômico soviético era descrito nos documentos de planejamento de alto nível político norte-americano como um “regime nacionalista radical” e que respondia às pressões populares para a “melhoria imediata nos baixos padrões de vida das massas”. Segundo o ponto de vista dos Estados Unidos, esses propósitos conflitavam diretamente com a demanda do país por “um clima político e econômico propício aos investimentos privados” e que favorecesse a repatriação adequada de lucros de empresas. Em seu discurso, os políticos norte-americanos se opunham ao nacionalismo econômico soviético, destacando-o como a principal razão para que seu país financiasse um grande e caro complexo militar-industrial para confrontá-lo, se necessário (CHOMSKY, 1993).

O Plano de Recuperação Econômica (1948-1951) ou Plano Marshall – nome do Secretário de Estado norte-americano George Marshall (1880-1959), proponente desse programa para a reestruturação da Europa –, foi um símbolo da ação anticomunista dos Estados Unidos na parte ocidental continente europeu. No âmbito da chamada Doutrina Truman, que promulgou o compromisso dos Estados Unidos com a segurança dos seus Aliados, o fim do Plano Marshall era combater a “miséria e as necessidades” do totalitarismo no Ocidente e frear a influência comunista

na região (GÖTEMAKER, 2011, p. 36). Aprovado em 1947, o Plano Marshall foi oferecido aos governos europeus⁴ com a intenção de que eles tivessem condições de se recuperar e reorientar suas economias para longe da influência soviética a partir da sua recuperação econômica (GILBERT, 2009). Por meio de um aporte bilionário, fez parte do esforço mais amplo dos Estados Unidos para estabilizar a Europa econômica e politicamente. Sobretudo nos primeiros dois anos, os recursos do Plano foram muito importantes para a formação de capital nesses países (MAIER, 1987). Os norte-americanos defendiam ainda a ideia de que a partir da restauração das forças de mercado, a estabilidade financeira e dos incentivos à melhoria da produção seriam retomados (LONG; EICHENGREEN, 1991). Todas as ações tinham a intenção de suscitar o multilateralismo na Europa e a integração dos mercados capitalistas (SCHÄFER, 2003).

Os Estados Unidos também aspiravam encontrar nos mercados consumidores europeus em expansão uma saída para a superprodução de alguns tipos de bens no seu mercado interno (CVCE, 2014). As economias da Europa Ocidental foram vistas por muitas empresas norte-americanas como centros atrativos para os seus investimentos, em que introduziram a sua “política de produtividade” do outro lado do Atlântico a partir do sistema fordista de produção (MAIER, 1987). Desse modo, para além de razões geopolíticas, o Plano Marshall também foi um sinal de que os norte-americanos sabiam que precisavam dos europeus para continuar crescendo (DEBLOCK; HAMEL, 1994) e que a Europa Ocidental era um local perfeito para que o capital norte-americano pudesse buscar novas oportunidades. Foi por meio do Plano Marshall que os Estados Unidos conseguiram compensar, naquele momento, o massivo déficit de dólares nos países europeus. Os norte-americanos exploravam, desse modo, todas as oportunidades econômicas do Velho Continente, em consonância com os interesses da elite industrial e financeira do país (CHOMSKY, 1993).

Se, por um lado, o apoio econômico dos Estados Unidos veio exatamente quando as economias europeias mais precisavam, por outro, elas se tornavam cada vez mais dependentes e suscetíveis às decisões norte-americanas. Desse modo, apesar de que algumas economias europeias não concordassem com certas regras do sistema econômico internacional determinadas pelos Estados Unidos em Bretton Woods, elas sabiam que

⁴ 16 países europeus foram incluídos no Plano Marshall: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.

o socorro prestado por meio do Plano Marshall de imediato aliviava as dificuldades para os seus beneficiários, que precisavam financiar os seus déficits em dólares (EICHENGREEN, 2002).

No que concerne à segurança e à defesa da Europa Ocidental, elas foram gerenciadas no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um pacto militar intergovernamental criado em 1949. Sob a liderança norte-americana e composta por vários países da Europa Ocidental, a OTAN representava consenso sobre as principais demandas ocidentais na área de segurança (SCHAKE, 2004), garantindo as condições para a retomada do desenvolvimento do sistema capitalista com dimensões globais. O grande poder militar representado pela OTAN e o ainda monopólio norte-americano da bomba atômica resguardavam a Europa Ocidental do avanço comunista (LUNDESTAD, 1986), além de que integravam definitivamente o continente europeu e a Grã-Bretanha à órbita da liderança norte-americana (CHOMSKY, 1993). A “Alemanha Ocidental era o cerne basilar do Pacto”, por reforçar não somente a relação entre esse país e os Estados Unidos, mas também as relações transatlânticas em termos geopolíticos (SCHAKE, 2004, p. 234). A OTAN deu à Europa mais segurança e espaço para se focar em sua reconstrução, mas rapidamente se tornou uma aliança em que os Estados Unidos exerciam maior influência (McCORMICK; OLSEN, 2014).

Em 1949, a divisão da Alemanha levou à formação da República Federal da Alemanha (RFA) e da República Democrática da Alemanha (RDA). A primeira foi formada pela unidade das regiões ocupadas por forças militares ocidentais nos termos dos acordos do pós-guerra, e constituiu, do ponto de vista dos Estados Unidos, uma área crucial para conter o avanço soviético em que se erguia a “Cortina de Ferro”, da qual fazia parte a RFA. A RDA só tinha soberania parcial, uma vez que as mais importantes decisões eram controladas por uma comissão formada pelos Aliados (HENSEL, 1998). Segundo os norte-americanos, o “problema alemão” exigia a restauração do Estado e da sociedade soberanos, autônomos e como aliados incondicionais do projeto ocidental contra o comunismo (SCHÄFER, 2003). A parte do país que havia sido o bastião do nacionalismo prussiano e do militarismo nazista deveria se tornar um símbolo da liberdade e da democracia ocidental a ser protegido a qualquer custo no início da Guerra Fria. Para isso, era necessário dar condições para que a Alemanha pudesse reagir a qualquer pretensão soviética de expansão rumo ao Ocidente (SUCHAČEK, 2002). Portanto,

se os Estados Unidos tinham interesses em acelerar a reconstrução europeia, parecia claro que a recuperação econômica da Europa dependia de um compromisso sobre a Alemanha Ocidental (TREIN, 2013). Na interpretação dos norte-americanos, se a RFA ficasse debilitada, a Europa Ocidental também permaneceria fraca e vulnerável (DINAN, 2007). Desta maneira, o restabelecimento da economia alemã, uma grande potência industrial, garantida pelos norte-americanos, nos moldes capitalistas e da democracia ocidental, impediria a ressurreição do nacionalismo alemão ou de qualquer pretensão de domínio da Alemanha sobre os seus vizinhos (SCHÄFER, 2003).

Igualmente, os capitais norte-americanos viram na Alemanha uma oportunidade de estabelecer contatos diretos com os capitais alemães. Os alemães, por sua vez, não estavam em condições de exigir nada e se sentiam satisfeitos com a presença do forte aliado que escolhia seu território como base para sua presença na Europa (TREIN, 2013). De fato, com o apoio dos Estados Unidos, a Alemanha alcançou as maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita* de toda a Europa Ocidental no período de aplicação dos recursos do Plano Marshall e na década de 1950 (LONG; EICHENGREEN, 1991).

Além do “problema alemão”, do ponto de vista norte-americano, a cooperação econômica e política na Europa também se tornava uma condição necessária para preservar a estabilidade do continente europeu e evitar a expansão comunista (FINDLAY e O’ROURKE, 2007). A criação de um quadro institucional comum promoveria o crescimento das economias europeias e atrelaria a Alemanha aos demais Estados de forma permanente (SCHÄFER, 2003). Por isso, os Estados Unidos viram na ascensão das primeiras “ideias de Europa”, apresentadas a partir dos anos 1940, a chave para a estabilização das várias economias europeias por meio das trocas comerciais intrarregionais que transformariam antigos rivais em parceiros de comércio. Ficava claro que aos Estados Unidos interessava apoiar o projeto europeu de integração e, assim, os norte-americanos desempenhariam papel determinante no início da história do projeto de integração regional da Europa (TRACHTENGERG, 2003).

Como contrapartida ao Plano Marshall, os norte-americanos insistiram que não iriam realizar um programa europeu de reconstrução unilateralmente e exigiram que esses países se organizassem em um acordo para a distribuição dos recursos. Uma organização “permanente”, que fosse responsável pela distribuição dos recursos, para iniciar a

cooperação, foi demandada. Essa estrutura não deveria somente facilitar a recuperação econômica, mas calcar alguma forma de unidade política que os capacitaria a superar as relações hostis no continente (SCHÄFER, 2003).

Em resposta ao pedido norte-americano, em 1948, os europeus criaram em Paris a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) com o propósito de promover a cooperação econômica dos países europeus ao administrar e assegurar a aplicação dos recursos financeiros recebidos dos Estados Unidos via Plano Marshall e remover restrições comerciais e financeiras entre os países participantes⁵. Pretendia ainda promover melhorias na produtividade das economias e nas condições de trabalho. Esses elementos favoreceriam o retorno das economias da Europa Ocidental ao estado que permitiria que os países europeus removessem as restrições comerciais e que as suas moedas alcançassem conversibilidade (COPPOLARO, 2010).

Por ter conseguido aproximar os países democráticos europeus e da lógica da economia de mercado, a OECE pode ser considerada o primeiro passo importante para a cooperação econômica europeia promovida por um órgão intergovernamental. Os governos europeus foram, enfim, restituindo os seus próprios meios para estimular a renda *per capita*, por meio de projetos fortemente amparados pelo Estado, não somente na área de reconstrução da infraestrutura, mas também na modernização da indústria e da agricultura financiada com capital público (MILWARD, 1992).

Àquela altura, já havia sido assinado um acordo que previa a realização de uma união aduaneira entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, denominada Benelux. Ratificado em 1944, o Tratado de Bruxelas que instituiu o Benelux entrou em vigor em janeiro de 1948 e foi precursor de um processo mais amplo de integração econômica regional que se desenvolveria na Europa. Lembramos que esses países haviam sido ocupados pelas tropas alemãs durante a Segunda Guerra (McCORMICK; OLSEN, 2014) e se abriam à cooperação na área comercial como uma forma de retomar o seu crescimento pelo comércio.

A despeito da iniciativa norte-americana de garantir todas as condições para a recomposição econômico-financeira e político-

⁵ Os países fundadores da OECE foram a Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia, sendo que mais tarde também a Alemanha (em 1955) e Espanha (em 1959) aderiram. Em 1960 os Estados Unidos se afiliaram à OECE e em 1961 ela se transformou na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

estratégica da Europa Ocidental até o início dos anos 1950, os europeus compreenderam que a ajuda econômica poderia não ser de longo prazo e, por si só, não resultaria em condições estruturais suficientes para a definitiva e forte retomada econômica. A expectativa dos líderes da Europa era de que o comércio com a área do dólar retornaria rapidamente ao equilíbrio, esperança que foi enterrada com a inflação de custos (dos bens importados) (STEIL, 2013) e a recessão do fim dos anos 1940 (EICHENGREEN, 2002, p. 145). Os persistentes déficits nos balanços de pagamentos das economias europeias, em virtude da demanda por importações dos Estados Unidos, deixavam transparecer que, de qualquer forma, continuaria faltando dólares depois do fim do Plano Marshall e outras soluções teriam de ser encontradas.

Para enfrentar esse problema, a União Europeia de Pagamentos (UEP), outro produto das negociações dos membros da OEEC, foi aprovada em 1950. A sua intenção era restaurar a completa conversibilidade cambial entre as respectivas contas correntes e eliminar as barreiras comerciais e cambiais entre os membros por meio de um verdadeiro sistema de compensações multilaterais. A provisão de liquidez a todos os integrantes da OEEC, de forma suplementar aos recursos do FMI, aconteceria a partir de quotas de crédito fornecidas de países superavitários para países deficitários (SCHÄFER, 2003). Com apoio político e suporte financeiro dos Estados Unidos, a UEP supriria o problema da escassez de dólares na Europa (STEIL, 2013), uma vez que a provisão de moeda e a coordenação da conversibilidade cambial tinham como pressuposto que os participantes concordassem com a liberalização do comércio com outros membros.

De fato, a UEP resolveu várias dificuldades momentâneas enfrentadas pelas economias Europa. Como ela se apoiava nas regras do Sistema de Bretton Woods, isso permitiu seu funcionamento como uma âncora para a estabilização de moedas e preços, eliminando desequilíbrios bilaterais e conduzindo ao aumento do comércio intrarregional, que funcionou como um motor de crescimento (SCHÄFER, 2003). Houve redução da escassez de dólares e os déficits nos balanços de pagamentos foram corrigidos (EICHENGREEN; MACEDO, 2000). Por meio da UEP, a Alemanha Ocidental foi reincorporada às atividades comerciais da Europa Ocidental, tornando-se o grande país fornecedor de bens industriais para a região, depois que conseguiu equilibrar as suas contas externas. Embora pensada para ser permanente, a UEP se manteve em atividade somente até 1958 (STEIL, 2013), quando se tornou possível restaurar a conversibilidade

entre as moedas europeias. O temor de que a UEP competisse com o FMI forçou a integração plena das economias participantes ao quadro de Bretton Woods, fortalecendo, desse modo, o papel do dólar.

Portanto, a “era do Plano Marshall” promoveu um rápido desmantelamento dos controles sobre a produção de fatores de produção na Europa Ocidental. Desde que o auxílio em dólares foi tomado, o sistema de pagamentos multilaterais de Bretton Woods conseguiu ser estabilizado (MILWARD, 1984). Ao retirar os constrangimentos aos balanços de pagamentos e os gargalos produtivos das economias da Europa, a ajuda norte-americana permitia que elas pudessem gerar o seu próprio capital sem o retorno da competição deflacionária dos anos 1930. Os níveis de produção agrícola e de carvão e aço e os investimentos privados foram retomados praticamente cinco anos depois do fim da Segunda Guerra. As taxas de crescimento das economias europeias se tornaram crescentes e maiores do que no imediato pós-Primeira Guerra (LONG; EICHENGREEN, 1991). O comércio intrarregional também se ampliou muito e rápido entre o fim dos anos 1940 e início dos 1950. O período entreguerras, que havia sido marcado por altas tarifas aduaneiras na Europa, foi suplantado pela abertura e queda das tarifas comerciais e pela integração dos mercados no pós-Segunda Guerra Mundial (FINDLAY e O’ROURKE, 2007). Por sua vez, as taxas de produtividade da indústria na Europa também apresentaram bom desempenho, alavancadas pela Agência Europeia de Produtividade, criada pela OECE em 1953, com o propósito de estudar e disseminar novas técnicas avançadas aplicáveis ao setor industrial (CVCE, 2014).

Inaugurava-se, assim, um longo período de prosperidade econômica no continente europeu, amparada pela hegemonia dos Estados Unidos, que duraria até 1972, e que tornou possível aos governos da Europa manter garantias sociais e conferir perspectivas otimistas ao seu futuro (MILWARD, 1980). “A região nunca conheceu, em toda a sua história, um tempo tão extenso de paz em seus territórios nacionais” (MILWARD, 2014, p. 44).

4. COORDENAÇÃO ENTRE FRANÇA E ALEMANHA NA RETOMADA DE “IDEIAS DE EUROPA”

Embora tenham se beneficiado das ações econômicas norte-americanas, além da garantia de segurança fornecida pela OTAN, os europeus compreenderam que o apoio dos Estados Unidos, por si só,

não bastaria para eliminar tensões relativas à possibilidade de novos confrontos (EILSTRUP-SANGOVANNI; VERDIER, 2005). Por isso, em muitos Estados vencedores da parte ocidental da Europa, mas também do lado dos perdedores, que sentiam mais as consequências catastróficas do enfrentamento, lideranças sociais e políticas exprimiram, assim como havia acontecido em outros momentos da História da região, vontade de superar o nacionalismo e promover a integração no continente. O ideal de construção de unidade e coesão na Europa (PAGDEN, 2002), de forma que tornasse possível a cooperação entre os seus povos, espalhou-se entre os círculos políticos e da sociedade a partir do final dos anos 1940 (LUDLOW, 2009). Nesse sentido, os planos de cooperação a partir da retomada de “ideias de Europa” para a construção de uma verdadeira unidade de povos foram resultado de iniciativas de movimentos políticos e sociais que entediavam que a recuperação econômica definitiva seria determinante para que os europeus lograssem a estabilidade no longo prazo após séculos de rivalidades e disputas. Alcançada a provisão de bens básicos, os políticos precisavam buscar convergência de interesses que pudesse fortalecer o continente frente a potenciais disputas com terceiros a partir da reestruturação da sua economia capitalista, começando pela ocupação da força de trabalho e pela recomposição de sua capacidade produtiva.

Duas lideranças, não por acaso, logo se destacaram nesse processo. Konrad Adenauer (1876-1967), primeiro chanceler da RFA e cujo mandato durou os catorze anos seguintes à divisão do país (de 1949 a 1963), desde o início do seu mandato, esteve determinado a fazer da Alemanha um Estado soberano, livre e democrático novamente. O Chanceler era um antigo defensor da unidade europeia e fez vários pronunciamentos em favor da reconciliação durável e a formação de uma comunidade de nações para o bem da Europa. Como primeiro passo, Adenauer se mostrou muito disposto a selar a harmonia com França por meio do diálogo político (IRVING, 2002). Na sua visão, em seguida, a integração com os demais Estados da parte europeia ocidental seria um meio para aproximar a Alemanha do Ocidente de uma maneira que nem os seus aliados e tampouco os governos alemães subsequentes teriam dúvidas sobre o alinhamento alemão (LUDLOW, 2009). Colocando o seu projeto em prática, em outubro de 1949, a RFA aderiu à OEEC e Adenauer passou a participar mais ativamente dos círculos políticos que pensavam planos de integração europeia.

Mas foi na França, país que havia ficado em “segundo plano” nas prioridades norte-americanas, que as “ideias de Europa” mais se sobressaíram. Ao final do conflito, o país convivia com baixos salários, pobreza e falta de alimentos e de carvão para a produção de energia, além de uma forte escassez de dólares e violentas greves (1947-48). A França queria retomar o seu lugar de destaque no concerto das nações (BOSSUAT, 1996). Sua determinação na busca pelo seu fortalecimento por meio da expansão e da modernização de suas indústrias básicas (de aço em particular) e de bens de capital tinha a pretensão de fazer do país a principal potência industrial da Europa. Isso, sem dúvida, para o governo francês, dependia do acesso francês ao carvão da região alemã do Ruhr e o desmantelamento da indústria pesada da Alemanha. Em termos políticos, o desenvolvimento industrial francês se tornava sinônimo de segurança nacional, integridade territorial e independência econômica, os mais certos para que o seu país tomasse o caminho que a levaria a ser uma nação mais próspera e independente.

Na verdade, os franceses continuavam desconfiados da Alemanha no imediato pós-Segunda Guerra, tendo em vista que as hostilidades históricas entre ambas tinham deixado um resíduo de amargura e suspeitas, uma vez que até 1949 os alemães ficaram sem governo e suas instituições estavam em total colapso. Depois disso, a retomada rumo ao “milagre econômico alemão” passou a assustar a França ao ameaçar descarrilar seu plano de modernização econômica.

Jean Monnet (1888-79), que havia sido o representante de governo da França nas negociações do imediato pós-Segunda Guerra na Europa, ocupava a posição de principal coordenador do plano estratégico de recuperação da economia francesa (TREIN, 2013), foi o responsável por elaborar um plano, lançado em 1944, e muito aguardado pela elite e pela população trabalhadora francesas. Seu projeto tinha o objetivo fazer com que a França alcançasse a sua independência econômica e restaurasse a sua capacidade produtiva e comercial (BOSSUAT, 1996). Os investimentos se destinariam a áreas estratégicas para a França, como infraestrutura, produção de carvão e aço e de bens agrícolas. Eles também se voltariam para a melhoria da tecnologia e da produtividade para tornar as exportações francesas mais competitivas. Definia ainda que a França poderia utilizar os recursos naturais do Vale do Ruhr para modernizar a sua indústria e seria financiado pelos Estados Unidos e pelo Banco Mundial entre 1946 e 1949. Ademais, o Plano estipulava que os embarques

alemães de carvão para a França deveriam ser ampliados para 20 milhões de toneladas por ano (EILSTRUP-SANGIOVANNI; VERDIER, 2005, p. 104). Segundo Monnet, “se todas essas metas fossem realizadas, o progresso da economia francesa certamente suplantaria o alemão” (DINAN, 1999, p. 19).

A despeito de ser ambicioso, o Plano Monnet não conseguiu conter a produção alemã de aço porque, em 1947, os norte-americanos exigiram que ela fosse aumentada para reforçar a defesa da Europa. A ajuda do Plano Marshall foi condicionada à aquiescência da França a essa diretriz, uma vez que os norte-americanos tinham especial interesse econômico e geopolítico na Alemanha. Sob forte pressão diplomática norte-americana para abandonar a sua política punitiva em relação à Alemanha e criar uma estratégia que conciliasse a recuperação daquele país e das suas próprias necessidades econômicas e de segurança, Monnet e a diplomacia francesa se viram diante de um dilema: ou concordavam com a reconstrução do poder econômico alemão alavancado pelo desenvolvimento da região do Ruhr e do Saar (sudoeste da Alemanha, outra região rica em carvão), ou teriam de ir contra os Estados Unidos.

Naquele momento, todavia, ficou claro para os franceses que sua ação destinada a prejudicar o potencial produtivo alemão não era realista. Vivendo em Washington desde 1948, Monnet continuou desempenhando um notável papel de porta-voz da França nas negociações para a aquisição de suprimentos de guerra, ganhando experiência prática com relação ao funcionamento de um sistema federativo e fortalecendo os contatos com figuras políticas importantes nos Estados Unidos (PINDER, 2009). Guiado pelo seu idealismo pragmático, nesse período, Monnet estreitou as suas relações com o presidente norte-americano Roosevelt (de 1933 a 1945). Também conseguiu descontos da dívida externa francesa e financiamentos em condições especiais com os credores norte-americanos (EUROPEAN COMMISSION, 1988).

Por compreender o quadro geral da situação e utilizando-se de sua grande habilidade política, além de credibilidade junto ao governo dos Estados Unidos, Monnet elaborou uma proposta de ação que pudesse ser entendida e aceita pelos norte-americanos. Defensor da aproximação entre os países da Europa, ele entendia que uma convergência de interesses e esforços, definidos conjuntamente, era uma condição para o desenvolvimento econômico e social dos países europeus. Sua intenção era criar uma organização colocaria um fim definitivo às guerras entre

alemães e franceses e se tornaria base para a paz permanente, substituindo as relações de poder pela lei e pela cooperação (PINDER, 2009).

Na perspectiva de Monnet, a solução exigia a restauração do Estado e da Sociedade soberanos, autônomos e como aliados incondicionais do projeto europeu ocidental (TREIN, 2013). Depois disso, a Europa unida seria o resultado da interdependência entre as economias, do restabelecimento de relações de confiança e da superação dos nacionalismos e da divisão da Europa em Estados Nacionais, além de que “sustentaria uma união política e de diversos outros setores em um equilíbrio dinâmico, conformando um espaço de liberdade, de democracia e pluralismo de ideias, crenças e interesses em um tecido social complexo e diversificado” (SIDJANSKI, 1992, p. 11). Para tanto, a construção de uma união de Estados europeus nos moldes de uma federação de Estados seria a melhor forma de promover a paz e prosperidade da Europa. Ela se daria pela recuperação da concorrência capitalista regional e pela criação de novas regras e instituições. E essa união política dos Estados europeus, como fim maior a integração, pautada em princípios federalistas com sentido de “unidade na diversidade”, dar-se-ia primeiramente pela integração econômica.

Logo, Monnet pensou em um programa que possibilitasse a restauração da indústria alemã, embora dentro de limites e a um ritmo que deixaria de lado qualquer ameaça para a paz da Europa (MONNET, 1978). A integração regional Europa Ocidental se tornava o centro dos planos de Monnet sem deixar as pretensões francesas de lado. Assim, em 1949, Monnet apresentou uma proposta que ganhou o nome do Ministro das Relações Exteriores da França à época, Robert Schuman (1888-1979), também grande apoiador do federalismo. Oficialmente lançado em 9 de maio de 1950 como a “Declaração Schuman”, o Plano propunha a criação de uma comunidade supranacional de integração dos mercados de carvão e de aço (DINAN, 2007), insumos importantes para a produção industrial, a geração de energia e fator estratégico para as forças armadas (PINGER, 2009). Segundo o Plano Schuman, haveria concessão de soberania para uma instituição política comum que iria além das ideologias ou partidos de um Estado nação em específico, admitida pelos federalistas como uma condição indispensável para unir os povos da Europa sob um mesmo ideal de paz (SIDJANSKI, 1992, p. 11). O Plano ainda destacava com precisão a ideia de uma “comunidade europeia” a partir da cooperação econômica para que se alcançasse a união política, sendo que França-Alemanha seria o seu eixo central (CATTANEO; VEO, 1995). A integração econômica

setorial, portanto, seria o primeiro passo concreto rumo à federação europeia, indispensável para a preservação da paz.

Os norte-americanos acenaram positivamente para as ideias de Monnet conformadas no Plano Schuman, pois entenderam que elas estavam em conformidade com as suas propensões de levantar barreiras intransponíveis ao comunismo e suas soluções econômicas para os problemas herdados da guerra. A despeito disso, a proposta de Monnet provocava discussões não só nos meios refratários a uma integração mais radical dos países da Europa Ocidental, mas também entre os federalistas. Suas críticas se concentravam na discordância sobre o “método” de Monnet. Esse “método” referia-se às ideias de construção de peça por peça de um processo gradual e cumulativo, que começaria pela integração econômica, e geraria mudanças qualitativas e quantitativas, uma vez que criaria laços funcionais entre os Estados, e, aos poucos, uma ideia mais ampla de interesse comum, servindo aos ideais de solidariedade promovidos pelas regras e instituições comuns (BURGESS, 2000).

Além de Monnet e Schuman, outros políticos franceses entenderam que o Plano Schuman era a forma mais segura de promover a modernização industrial ao garantir a oferta de carvão e de aço nas mesmas condições para Alemanha e França, tornando um confronto entre elas menos provável. A resposta alemã ao Plano Schuman também foi amplamente positiva porque o Plano prometia acabar com as restrições por parte dos aliados em relação à produção de carvão e aço para uso industrial na Alemanha. Ou seja, o Plano Schuman foi atrativo para a Alemanha, assim como para a França, por diferentes razões. Para os franceses, ele oferecia o prospecto para a sua liderança na Europa por ser uma forma de “controlar” aspirações não-pacíficas da sua vizinha mais temida. Para os alemães, ele apresentava a chance de “limpar” as memórias de horror do período nazista e para que seu país pudesse ser visto como um parceiro igual aos demais países europeus, permitindo-o demonstrar suas intenções pacíficas aos seus vizinhos.

Na prática, Plano Schuman “já continha todos os elementos que dariam corpo ao Tratado de Paris, assinado no dia 8 de abril de 1951 para a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que passou a funcionar em 25 de julho de 1952” (BLAIR, 2012, p. 2). Em seu discurso em Washington, em 1952, Monnet anunciou que “Com o Plano Schuman, lançamos as fundações com as quais seremos capazes

de construir os Estados Unidos da Europa, livres, vigorosos, pacíficos e prósperos” (MONNET, 1978).

O objetivo da CECA era formar um mercado comum de dois bens estratégicos, e a partir da cooperação técnica, os seus membros lançariam as bases para uma integração mais ampla e profunda entre os seus povos, reduzindo consideravelmente as possibilidades de rearmamento dos Estados europeus, sobretudo da Alemanha (GÖTEMAKER, 2011). Da perspectiva do Plano Schuman, a CECA selaria a solidariedade *de facto*, “implicando que outras tarefas, setores e membros poderiam ser gradualmente incorporados, o que demandaria até mesmo a criação de novas instituições” (BURGESS, 2000, 35), um processo cumulativo e funcional.

As nações menores, Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos, perceberam que não poderiam se distanciar muito em termos econômicos do eixo franco-germânico. Como estavam economicamente ligadas a ele, enxergaram a integração como um meio inicial de combater o comunismo no ambiente doméstico e restaurar a sua legitimidade internacional (DINAN, 2007). A Itália também aderiu ao projeto e assinou o Tratado de Paris. A Grã-Bretanha, assim como os países escandinavos, foi resistente em admitir decisões compartilhadas com outros países, como, por exemplo, com a França, pois não estava disposta a abrir mão de suas escolhas soberanas e acreditavam que seriam capazes, senão de vencer, pelo menos resistir à concorrência que lhes faziam os capitais norte-americanos. Naquele momento, as pressões norte-americanas sobre a Grã-Bretanha não foram suficientes para convencer os britânicos a acreditar no projeto de integração da Europa.

Na prática, o Tratado de Paris foi muito menos ambicioso do que Monnet havia imaginado originalmente (ALTER e STEINBERG, 2007), mas o nascimento da CECA foi um considerável feito político, pois marcou o início do processo de integração econômica da Europa e a coordenação de posições entre França e Alemanha (GÖTERMAKER, 2011).

CONCLUSÃO

A partir do resgate histórico desde as últimas décadas do século XIX até o início do processo de integração regional da Europa, que selou a criação da primeira Comunidade Europeia, a CECA, em 1951, e da análise da relação de posições políticas, interesses, alianças, planos e ações de

várias partes e frentes na Europa, discutiu-se como e por quais razões os antagonismos na Europa, de raízes históricas e geopolíticas, sobretudo entre França e Alemanha, foram suplantados depois de um longo período de competição e hostilidades mútuas. As memórias e o medo da volta dos terríveis sofrimentos provocados por tantos enfrentamentos, os quais marcaram a “Era da Catástrofe”, além da posição e atuação definitiva de certas lideranças políticas – como Monnet, Adenauer e Schuman, alguns dos “pais da Europa” – para transformar ideias em projetos e ações concretas, foram fundamentais para dar a largada no processo europeu de integração regional.

Depois de tantos conflitos, a coordenação entre França e Alemanha foi uma condição necessária para que qualquer tipo de plano de integração regional da Europa se desenvolvesse. Por esse motivo, como visto, o efeito mais destacado do Plano Schuman foi político: selou a reconciliação franco-alemã relacionando os destinos dessas duas nações representada pela CECA. Como nenhum tratado de paz havia sido assinado por esses dois adversários, a primeira comunidade europeia tornava-se o símbolo de um voto de confiança daqueles dois países e de seus parceiros de superar os revanchismos do passado e no seu ato de fé em um futuro compartilhado governado por instituições comuns.

O apoio econômico dos Estados Unidos à Europa Ocidental na figura do Plano Marshall, o seu amparo na área da segurança internacional, representado pela OTAN, e o suporte político do mesmo país por meio do seu aval para o Plano Schuman, também foram elementos essenciais para conferir condições para os europeus retomarem “ideias de Europa”. A Segunda Guerra havia reforçado a posição dos Estados Unidos como o maior produtor industrial e credor do mundo, e permitiu que os norte-americanos colocassem as “regras do jogo” na ordem econômica internacional a partir da Conferência de Bretton Woods. Eles assumiram, ainda, a posição hegemônica no Sistema Internacional sustentada por sua inigualável força política, tecnológica e militar. No contexto de corrida armamentista da Guerra Fria, os Estados Unidos, motivados, sobretudo pela ameaça do avanço comunista na Europa e pela busca de oportunidades econômicas no mercado europeu, especialmente na Alemanha, viram oportunidades de estabelecer contatos diretos com os capitais alemães. Em um curto espaço de tempo, entre o fim das décadas de 1940 e a década de 1950, a Europa Ocidental cresceu e até superou os seus níveis de produção industrial e agrícola anteriores, abrindo espaço

para que as necessidades básicas e as condições econômicas permitissem que as “ideias de Europa” encontrassem condições de serem traduzidas em planos efetivos de integração.

Os líderes europeus sabiam que precisavam do aval dos norte-americanos para seguir com o projeto de integração. Os Estados Unidos acenariam positivamente apenas para as ideias que estivessem em conformidade com as suas propensões de levantar barreiras intransponíveis ao comunismo e a restauração das condições de funcionamento dos mercados capitalistas na Europa. Nesse sentido, as perspectivas sobre a integração da região admitiam que ela deveria ser capaz de superar as complexas condições dos Estados Nacionais em direção a maior proximidade e interdependência, ao promover uma verdadeira integração política.

Em suma, a harmonia entre França e Alemanha e o apoio dos Estados Unidos foram fatores determinantes para que os europeus dessem o primeiro passo rumo à integração regional entre seis países, que quatro décadas depois culminou na fundação da União Europeia (UE).

DETERMINANTS OF EUROPE'S REGIONAL INTEGRATION PROJECT: THE FRANCO- GERMAN AXIS AND THE ROLE OF THE UNITED STATES

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the role of two determinants of Europe's regional integration project after the end of World War II: the relations between France and Germany, the largest European economies and where the main continental historical rivalries were concentrated, and the second US support for the reconstruction and project of European regional integration in the geopolitical context of the Cold War. After some previous proposals for integration, in the face of these fragile economic, political and social circumstances and of the communist threat, old "ideas of Europe" were resumed, in other words, the post-conflict situation led to the return of different perceptions about the need to seek peace through the union of the people of European. Its result was the formation of the first European Community in the beginning of the 1950s, and four decades after the foundation of the European Union (EU).

Keywords: Europe. World War II. Regional integration.

REFERÊNCIAS

ALTER, Karen J.; STEINBERG, David. The Theory and Reality of the European Coal and Steel Community. In: MEUNIER, Sophie; McNAMARA, Kathellen R. Making History: European Integration and Institutional Change at Fifty. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 89-104.

BAR, Yanai. Between Disarmament and Remilitarization German, French, and British diplomacy, 1933-1936. MA Internationale Betrekkingen in historisch perspectief, 2006, p. 3-60. Disponível em: <<http://dspace.library.uu.nl/bitstream/1874/12309/1/Between+Disarmament+and+Remilitarization.pdf>>. Acesso em: 15/05/2019.

BEEVOR, Antony. The Second World War. Little Brown and Company, 2012.

BLAIR, Alasdair. The European Union Since 1945. Longman Seminar Studies in History Series, 2012.

BOSSUAT, Gérard. Jean Monnet, la mesure d'une influence. Vingtième Siècle, revue d'histoire, v. 51, n. 1, juil.-sept., 1996, p. 68-111. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_029.41759_1996_num_51_1_4458>. Acesso em: 03/08/2019.

BROADBERRY, Stephen; HARRISON, Mark. The Economics of World War I: a Comparative Quantitative Analysis. ANNUAL MEETING OF ECONOMIC HISTORY ASSOCIATION. Papers... Toronto, Sep 16 - 18, 2005. Disponível em: <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/mharrison/papers/ww1toronto2.pdf>>. Acesso em: 13/07/2019.

BURGESS, Michael. Federalism and European Union: the Building of Europe: 1950-2000. London and New York: Routledge, 2000.

CATTANEO, Carla; VELO, Dario. Variable Geometry Europe: an interpretation of the European Integration Development. In: 4th BIENNIAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF EUROPEAN COMMUNITY STUDIES ASSOCIATION, Charleston. Papers... Charleston, 11-14 May 1995.

COPPOLARO, Lucia. The political economy of tariff reduction in Western Europe (1947-1967): between multilateralism and regionalism. CONFERENCE TARIFFS HISTORY, Instituto Figuerola. Papers... Madrid: Universidad Carlos de Madrid, 13-14 May 2010. Disponível em: <<http://portal>.

uc3m.es/portal/page/portal/instituto_figuerola/investigacion/tariffs_in_history_conference/Programme1/Lucia%20Coppolaro%20-%20Madrid.pdf>. Acesso em: 20/07/2019.

CARVALHO, Fernando Cardim. Bretton Woods aos 60 anos. *Novos Estudos Cebrap*. v. 70, 2004, p. 51-63. em: <http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/104/20080627_bretton_woods.pdf>. Acesso em: 03/09/2019.

CHOMSKY, Noam. *Year 501: The Conquest Continues*. London: Verso Press, 1993.

COLLINGHAM, Leslie. *The Taste of War: World War Two and the Battle for Food*. London: Allen Lane, 2011.

CENTRE VIRTUEL DE LA CONNAISSANCE SUR L'EUROPE (CVCE). *La guerre froide (1945-1989)*. 2014. Disponível em: <http://www.cvce.eu/content/publication/2011/11/21/6dfe06ed-4790-48a4-8968855e90593185/publishable_fr.pdf>. Acesso em:

DEBLOCK, Christian; HAMER, Bruno. Bretton Woods et l'ordre économique internationale d'après-guerre. *Interventions Economiques*, n. 26, 1994, p. 9-42. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/deblock_christian/bretton_woods_ordre_econo/Bretton_Woods_ordre_eco.pdf>. Acesso em: 05/09/2019.

DINAN, Desmond. Fifty Years of European Integration: A Remarkable Achievement. *Fordham International Law Journal*, v. 31, n. 5, 2007, p. 1117-1142. Disponível em: <<http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2111&context=ilj>>. Acesso em: 23/07/2019.

DINAN, Desmond. *Ever Closer Union: An Introduction to European Integration*. Houndsmills: Palgrave, 1999.

DOISE, Jean; VAÏSSE, Maurice. *Diplomatie et outil militaire, 1871-1969*. Paris: Imprimerie Nationale, 1987.

EBEGBULEM, Joseph C. The Failure of Collective Security in the Post World Wars I and II International System. *Transcience*, v. 2, n. 2, 201, p. 23-29.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do capital: história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2002.

EICHENGREEN, Barry. Institutions and Economic Growth: Europe after World War II. In: CRAFTS, Nicholas; TONIOLO, Gianni (Org.). Economic Growth in Europe since 1945. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 38-72.

EICHENGREEN, Barry; MACEDO, Jorge Braga. The European Payments Union: History and Implications for the Evolution of the International Financial Architecture. International. CONFERENCE FRAGILITY OF THE INTERNATIONAL FINANCIAL SYSTEM: HOW CAN WE PREVENT NEW CRISES IN EMERGING MARKETS? Papers... International Triffin Foundation, Brussels, Sept., 2000.

EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette; VERDIER, Daniel. European Integration as a Solution to War. *European Journal of International Relations*, v. 11, n. 1, p. 99-135.

EUROPEAN COMMUNITY. Jean Monnet, a grand design for Europe. Brussels, 1988.

FINDLAY, Ronald. O'ROURKE, Kevin H. Trade, War and the World Economy in the Second Millenium. Princeton: Princeton University Press, 2007.

FREMDLING, Anglo-german rivalry on Coal Markets in France, the Netherlands and Germany, 1850-1913. *Journal of European Economic History*, v. 3, 1996, p. 599-646.

GILBERT, Martin. From War to Cold War. In: LARRES, Klaus (Org.). Companion to Europe Since 1945. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 7-24.

GILBERT, Martin. The Second World War: a Complete History. New York: McMillan, 2004.

GÖTEMAKER, Manfred. The failure of EDC and European Integration. In: KÜHNHARDT, Ludger. (Org.). Crises in European Integration: Challenges and Responses: 1945-2005. New York: Berghahn Books, 2011, p. 33-48.

HEINKELMANN-WILD, Tim. Die globale Entstehung „neuer Grenzen“ in der Zeit nach dem Ersten Weltkrieg. HAUPTSEMINAR “GLOBAL HISTORY” WiSe 2013/2014, Papers... LudwigMaximilians-Universität München, 2014. Disponível em: <<http://www.heinkelmannwild.de/>

Tim_Heinkelmann-Wild/Publikationen_files/HeinkelmannWild%202014_Neue%20Grenzen%20Erster%20Weltkrieg.pdf>. Acesso em: 02/04/2019.

HELLEINER, Eric. States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s. Cornell: Cornell University Press, 1994.

HENSEL, Paul R. An Evolutionary Approach to the Study of Interstate Rivalry. *Conflict Management and Peace Science*, v. 17, n. 2, 1999, p. 175-206. Disponível em: <<http://www.paulhensel.org/Research/cmeps99.pdf>>. Acesso em: 28/07/2019.

HENSEL, Paul R. The Evolution of the Franco-German Rivalry. In: THOMPSON, William R. (Org.). *Great Power Rivalries*. Columbia: University of South Carolina Press, 1998, p.-29.

HILDEBRAND, Klaus. *Das vergangene Reich: Deutsche Außenpolitik von Bismarck bis Hitler 1871–1945*. Stuttgart: DVA, 1995.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRVING, Ronald. *Adenauer*. London: Longman, 2002.

JUDT, Tony. *A history of Europe since 1945*. New York: The Penguin Press, 2005.

KAHN, Sylvian. *Histoire de la construction de l'Europe depuis 1945*. Paris: PUF, 2011.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Elsevier: Rio de Janeiro, 1989.

KURZ, Robert. *A Guerra de Ordenamento Mundial: o Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*. Horlemann Verlag, Bad Honnef, 2003.

LAKE, David A. British and American Hegemony Compared. In: FRIEDEN, Jeffrey A.; LAKE, David A. (Orgs). *International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth*. London and New York: Routledge, 2003, p. 126-139.

LICHTHEIM, George. *El Imperialismo*. Alianza Editorial: Madrid, 1972.

LIPGENS, Walter; LOTH, Wilfried. *Transnational Organizations of Political Parties and Pressure Groups in the Struggle for European Union, 1945-1950*. Berlin: Walter de Gruyter, 1991.

LONG, J. Bradford de. EICHENGREEN, Barry *The Marshall Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program*. CONFERENCE ON POST-WORLD WAR II EUROPEAN RECONSTRUCTION, Hamburg. Papers... Hamburg, 5-7 Sept. 1991, p. 1-62. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.207.1592&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 29/07/2019.

LUDLOW, Piers N. *History aplenty: but still too isolated*. In: EGAN, Michelle; NUGENT, Neill; PATERSON, William E. (Orgs.). *Research agendas in EU studies: stalking the elephant*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009, p. 1-27.

LUNDESTAD, Geir. *Empire by Invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952*. *Journal of Peace Research*, v. 23, n. 3, 1986, p. 263-277.

MAIER, Charles S. *The politics of productivity: foundations of American international economic policy after World War II*. *International Organization*, v. 31, n. 2, 1977, p. 607-633.

MAIER, Charles S. *The Two Postwar Eras and the Conditions for Stability in Twentieth-Century Western Europe*. *American Historical Review*, v. 86, n. 2, 1981, p. 327-352.

MARTIN, Bernd. *Weltmacht oder Niedergang? Deutsche Grossmachtspolitik im 20. Jahrhundert*: Darmstadt, 1989.

McCORMICK, Jonathan; OLSEN, John. *The European Union: Politics and Policies*, 5th Ed. Boulder: Westview Press, 2013.

MILWARD, Alain S. *Politics and Purposes in Fifty Years of European Integration*. *Journal of European Integration History*, v. 20, n. 1, 2014, p. 43-51.

MILWARD, Alain S. *The European Rescue of the Nation-State*. London: Routledge, 1992.

MILWARD, Alan S. *The Reconstruction of Western Europe: 1945-1951*. London: Methuen & Co., 1984.

- MILWARD, Alan S. *War. Economy and Society: 1939-1945*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- MONNET, Jean. *Memoirs*. London: Collins, 1978.
- MORAVCSIK, Andrew. *The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina do Maastricht*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- PAGDEN, Anthony. *The Idea of Europe: from antiquity to the European Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PERRY, Marvin; CHASE, Myma; JACOB, Margret; VON LAUE, Theodore H. *Western Civilization: Ideas, Politics and Society*. 6th Ed. New York: Cengage Learning, 2009.
- PINDER, John. *Federalism and the Beginnings of European Union In: LARRES, Klaus A. (Org.). Companion to Europe Since 1945*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 25-44.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROSS, Stewart. *Cause and Consequences of the Second World War*. London: Evans Brothers, 3003.
- SCHÄFER, Armin. *Stabilizing Postwar Europe: Aligning Domestic and International Goals*. MPIfG Working Paper, v. 3, n.8, July 2003.
- SCHAKE, Kori N. *NATO Strategy and the German-American Relationship*. In: JUNKER, Detlef; GASSERT, Phillip; MAUSBACH, Wilfried; MORRIS, David B. (Orgs.) *The United States and Germany in the Era of the Cold War, 1945-1990: a Handbook*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 133-139.
- STEIL, Benn. *The Battle of Bretton Woods: John Maynard Keynes, Harry Dexter White, and the Making of a New World Order*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- STEINBERG, James B. *An ever closer Union: European Integration and its implications for the future of US-European Relations*. Santa Monica: Rand, 1993. Disponível em: <<http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2008/R4177.pdf>>. Acesso em: 22/08/2019.

STÖVER, Bernd. *Der Kalte Krieg*. München: C. H. Beck, 2012.

SUCHAČEK, J. European Integration after the World War II: the way to the Treaties of Rome. *Kakanien Revisited*. n. 11, 2012. p. 1-8. <<http://www.kakanien.ac.at/beitr/fallstudie/jsuchacek1.pdf>>. Acesso em: 18/07/2019.

TRACHTENBERG, Marc. Introduction. In: TRACHTENBERG, Marc. (Org.). *Between Empire and Alliance: America and Europe during the Cold War*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003, p. vii-ix.

TREIN, Franklin. *Uma contribuição para o entendimento da crise da Europa*. Brasília: IPEA, 2013.

URWIN, Dereck K. *The Community of Europe: a history of European Integration since 1945*. 2nd Ed. London: Routledge, 1995.

WALDNER, Wolfgang. *Warum die Weltwirtschaftskrise 1929-33 absichtlich verursacht wurde*, 2014. Disponível em: <<http://www.wolfgang-waldner.com/>>. Acesso em: 30/06/2019.

WEINBERG, Gerhard L. *Total War: Global Dimensions of the Conflict*. In: CHICKERING, Roger; FÖSTER, Stig; GREINER, Bernd (Orgs.). *A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction, 1937-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Recebido em: 25/11/2019

Aceito em: 25/05/2020